

A (TRANS)FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E SUA CONSTITUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS E REFLEXÕES DE UM TERMO EM CONSTRUÇÃO

Elias Mediotte

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
elias.mediotte@ufv.br

Magnus Emmendoerfer

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
magnus@ufv.br

RESUMO

Pressupõe-se que o território seja um dos principais conceitos para responder à problemática sobre a relação sociedade e seu espaço. O objetivo é apontar as múltiplas perspectivas acerca do território e sua relevância nas relações de poder entre sociedade e o seu espaço, no contexto brasileiro. Utilizou-se as contribuições da geografia histórica à luz do processo de territorialização, desde a colonização do Brasil à concepção espaço-tempo, espaço e território enquanto categorias interdependes, as relações de poder, a criação de identidades e simbologias. Por fim, adotou-se a abordagem da governança territorial enquanto modelo de institucionalização e organização de um território. Tal perspectiva foi essencial para elucidar o contexto deste estudo, uma vez que o território envolve as relações de apropriação e dominação numa perspectiva socioespacial, e que as lutas de classes pela ocupação dos espaços são elementos que constituem um território admitindo-se a ele o propulsor da própria problemática.

Palavras-chave: Território; Espaço; Sociedade; Relações de Poder; Governança Territorial.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis

1 INTRODUÇÃO

As questões que envolvem jogo de poder e a relação entre sociedade e a luta pela dominação e ocupação de um espaço, especificamente no contexto brasileiro, configuram uma arena conflituosa entre as relações políticas, econômicas e culturais, emergindo a necessidade de uma abordagem teórico-epistemológica acerca do território e a sua (trans)formação ao longo da história, trazendo à tona possíveis respostas e novas reflexões sobre apropriação e dominação do espaço.

Para tanto, é preciso considerar o pressuposto de que o território não é um termo absoluto em si mesmo e que a utilização da sua concepção enquanto meio para se buscar entender a problemática em questão torna-se complexa, haja vista que território é um termo em construção. No entanto, acredita-se que a adoção de uma lente teórica, considerando-se as suas múltiplas perspectivas, possa promover um quadro epistemológico constituído de fundamentos relevantes para se compreender essa relação entre sociedade e seu espaço.

Milton Santos (2006) deixa claro quanto à importância de se constituir uma epistemologia acerca do território brasileiro, ao falar sobre a guerra de lugares que se formou em regiões do Brasil durante a sua história gerando o que conhecemos hoje por desigualdades, às quais relacionam-se às pressões de grupos organizados que se beneficiam politicamente e economicamente no país, buscando maximizar a sua riqueza (Ribeiro & Toppan, 2015). Nesse sentido, existe a discussão em torno das relações de poder e de dominação territorial, tendo de um lado os elementos que formam um Estado, envolvendo seu povo e a sua soberania, instituído pelo espaço geográfico (Moraes, 2002); e de outro lado, o próprio território, constituído por limites fixos, embora a sua extensão tenha sido moldada durante a sua construção histórica (Abreu, 2000; Santos, 2006). Essa perspectiva também foi abordada por Nogueira (2019, p. 15) ao mencionar que Pierre Monbeig preconizara sobre a interrelação entre fixidez e fluxos, fazendo uma alusão precíua à compressão espaço-temporal, “pois era a circulação garantida pelas próteses territoriais fixadas na paisagem o que garantiria a homogeneização diferenciadora do espaço”.

Especificamente, no território, existe a questão de ocupação e apropriação acerca das relações entre classes sociais e uso do poder na perspectiva da dominação pelos meios de produção, ou seja, pelo capitalismo. Reforçando esse argumento, Saquet (2015) apregoa que o poder não é algo compartilhado de forma democrática por todas as classes sociais, tendo em vista que ele se mantém centralizado a um grupo social específico, a partir de um determinado período da história, o que remete ao poder das elites, desde a colonização do Brasil (Dallabrida, 2020). Ademais, é preciso compreender as questões materiais e imateriais que ocupam determinados lugares em termos de produção do espaço para se pensar que a sociedade, inserida em um território, representa um projeto de civilização como um processo de territorialização de poder.

Considerando o Estado, as instituições, a igreja, a escola, sobretudo o desenho do pensar sobre o espaço com a premissa de que a sociedade é capaz de dominá-lo, é possível inferir que o futuro, influenciado pelos fenômenos do passado e pelas construções do presente, tende a não ser mais natural, pois ele passa a ser mediado por uma razão humana, que promove interferências no espaço, no sentido de usá-lo para os seus objetivos. Nesse sentido, compreende-se o território constituído como um recorte do espaço, no qual constitui as relações de poder que vão coexistir desde a apropriação política, econômica, social, cultural e até mesmo natural, tendo em vista que essas relações serão moldadas “por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global” (Fuini, 2018, p. 39). Isto posto, a considerar o contexto de (trans)formação do território à luz do processo espaço-temporal, acredita-se que o Brasil atravessa esse debate.

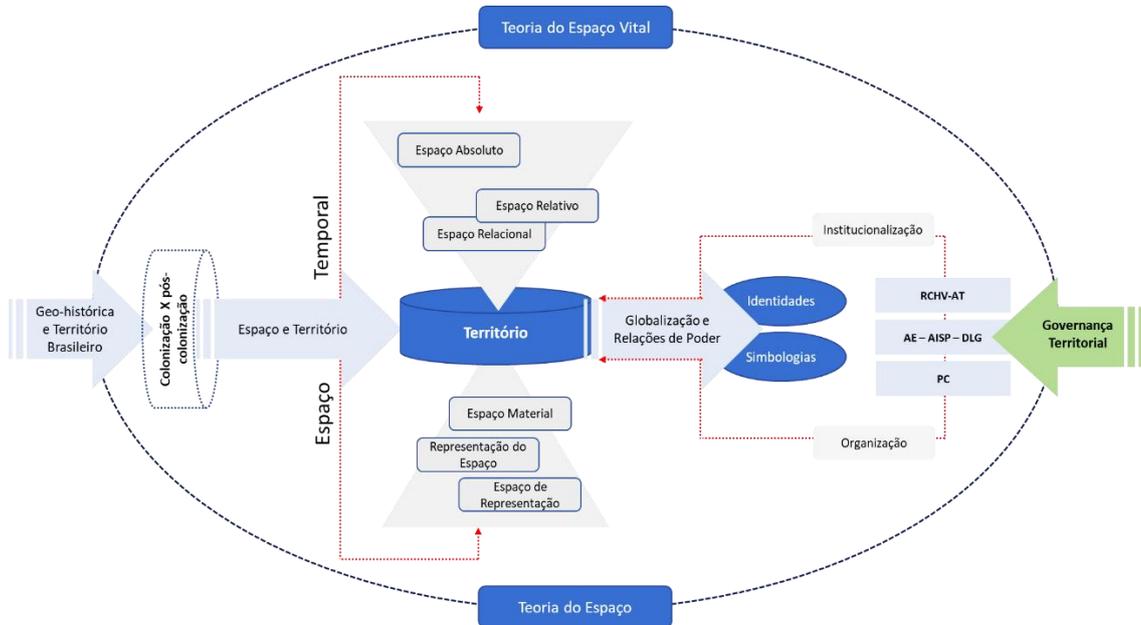
Partindo da proposição de Haesbaert (2004), ao conceber o território como um dos principais conceitos para responder à problemática que envolve a relação entre sociedade e o seu espaço, este artigo bibliográfico busca refletir sobre a seguinte questão norteadora: de que maneira a (trans)formação do território brasileiro, no âmbito da sua constituição espaço-temporal, têm influenciado nas relações de poder entre sociedade e o seu espaço? Logo, o objetivo central é apontar as múltiplas perspectivas acerca do território e a sua relevância nas relações de poder entre sociedade e o seu espaço, no contexto brasileiro.

Para este estudo o termo território será concebido como um recorte do espaço, no qual se originam as relações sociais a partir de um contexto histórico construído no decorrer do tempo onde são reveladas, conseqüentemente, as relações de poder, constituídas e alimentadas a partir de uma perspectiva espaço-temporal por meio de fluxos, em escalas locais e globais, que determinam a ocupação socioespacial dos sujeitos que o integram.

Busca-se não esgotar a temática aqui proposta, embora se reconheça a sua amplitude. Destarte, toma-se como diretriz a possibilidade de lançar luzes às reflexões aqui apresentadas e provocar um debate para além da mera abstração, considerando esta temática um ponto de partida para novos trabalhos e discussões que visem sorver as perspectivas contextualizadas ao longo do presente estudo. Enquanto proposição analítica, procurou-se apresentar a governança territorial como um instrumento de legitimação e institucionalização, organização horizontal e vertical do território, a partir das suas relações econômicas, políticas e socioculturais.

Com base no arcabouço aqui construído, foi desenvolvido um modelo analítico que contempla o percurso teórico, argumentativo e reflexivo deste estudo, o qual se configura como elemento importante para reforçar a proposição da geografia histórica a partir da colonização do Brasil, analisando-a, em alguns momentos, à luz da Teoria do Espaço Vital; a concepção espaço-temporal e os modelos de espaço, concomitantes às perspectivas de território; as relações de poder decorrentes do território e a criação de identidades e simbologias; a governança territorial enquanto método de institucionalização, organização e (trans)formação de um território, a partir dos constructos: i) Relações coletivas horizontais e verticais dos atores territoriais (RCHV-AT), ii) Atores econômicos (AE); Atores institucionais-sociais, políticos (AISP) e a Dimensão local e global, iii) Participação Cidadã (PC). Sendo assim, essa ilustração pode ser demonstrada na Figura 1, a seguir.

Figura 1: Modelo Analítico do Artigo Bibliográfico



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Portanto, conforme ilustrado na Figura 1, este artigo bibliográfico está organizado em 5 seções, iniciando por esta, a Introdução. Na sequência, a segunda seção apresenta as contribuições da Geografia Histórica para a concepção de Território no Brasil. Na terceira seção, são analisadas as perspectivas Espaço, Território e Relações de Poder em territórios socialmente construídos. A quarta seção trata da proposição da Governança Territorial como instrumento de institucionalização e organização territorial. Por fim, na seção cinco, são expostas as Considerações Finais.

2 CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA HISTÓRICA PARA A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO NO BRASIL

Muitas são as tentativas de se conceber um território a partir da perspectiva de espaço delimitado por uma propriedade, pela instituição de poder ou por uma determinada soberania, sobretudo vinculada à apropriação e dominação de áreas geograficamente ocupadas por indivíduos (Santos, 2006). Nesse sentido, torna-se importante compreender

o processo de territorialização do Brasil, especialmente a partir da sua colonização pela Coroa portuguesa, a fim de avançar a discussão sobre concepção e formação de uma nacionalidade por meio de um território conquistado e socialmente construído.

De maneira geral, a geografia histórica procura desenvolver métodos apropriados para se refletir a categoria tempo (Erthal, 2003), tendo “o passado como uma ferramenta na reconstrução explicativa da realidade” (Nogueira, 2019, p. 2). Nesse sentido, o passado é pensado para se compreender um processo de produção ou formação, de um fragmento, ou de um território como um todo. Godoy (2019) endossa tal argumento mencionando que a geografia histórica possibilita uma análise historiográfica acerca do processo de formação social de territórios, cujos efeitos podem ser refletidos no presente. Ainda nessa perspectiva, Milton Santos preconiza sobre as formas criadoras da geografia histórica “como aquilo que o passado nos herda e implica uma submissão do presente; um presente submetido ao passado exatamente através das formas, cuja estrutura devemos reconhecer e estudar” (Santos, 1994, p. 35).

Isto posto, chama-se atenção para a (trans)formação do território brasileiro, tendo o seu legado o passado colonial proveniente da Coroa portuguesa. Tal processo foi constituído pela expansão dos portugueses, notadamente pela apropriação e dominação marcada pela exploração, principalmente econômica dos recursos provenientes do território conquistado (Moraes, 2011).

Dentre os movimentos de territorialização por meio da instituição do poder, destaca-se a interiorização da dominação da Coroa portuguesa para além da exploração litoral, ou seja, a ampliação das fronteiras no processo de formação do território brasileiro (Nogueira, 2019). Esse contexto é assinalado por Vidal (2016) ao se referir aos ‘pousos’, os quais se revestem em duplo sentido, sendo o primeiro, relativo às pausas dos homens em deslocamento pelos caminhos inóspitos dos sertões brasileiros. Já o segundo sentido, refere-se aos territórios específicos ou formas espaciais destinadas ao acolhimento dos homens em deslocamento.

Também é possível assinalar que os pousos possuíam forte relação com a questão da mobilidade, tendo o ritmo como uma categoria do tempo, aludindo a uma perspectiva

de tempo e espaço, ou seja, “um tempo pensado especialmente para acolher a imobilização temporária de um fluxo no decorrer de um percurso” (Vidal, 2016, p. 405). Essa relação entre os pousos e a ampliação da dominação dos portugueses no território brasileiro se dá a partir do século XVII e, até onde se pode afirmar, ao século XIX, no qual o Brasil passa por um processo de emancipação do *status* de colônia da Coroa portuguesa para um Estado nacional, dando início a um processo de nacionalização do país, por meio do seu povoamento como prioridade máxima (Moraes, 2002).

Os pousos foram, primeiramente, caracterizados como lugares de passagem que possibilitavam o contato entre diversas culturas, religiões, línguas e práticas sociais, constituídos por topônimos majoritariamente oriundos da cultura indígena que passavam a se configurar como pontos estratégicos em uma rede de rotas comerciais, geralmente destinadas aos tropeiros ou bandeirantes que ali se aventuravam, denominado de sertão itinerante (Deffontaines, 1943), partindo da Capitania de São Paulo e da Capitania da Bahia, no século XVIII (Vidal, 2016), em direção ao Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Cabe destacar que Sérgio Buarque de Holanda assinala sobre as particularidades acerca da orientação dos caminhos traçados pelos índios e bandeirantes para se chegar até os pousos, sendo que os primeiros se orientavam nas matas espessas deixando rastros pelo caminho. Já os bandeirantes, utilizavam símbolos do catolicismo, frequentemente com o uso de cruzes de madeira fixadas nos troncos das árvores para orientar e avisar ao viajante, principalmente aos sertanistas, da proximidade dos pousos (Vidal, 2016).

Embora essa rede de caminhos comerciais revelasse lugares “onde nenhuma colonização tinha ainda começado (...) antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento” (Deffontaines, 1943, p. 145), e por conseguinte, demarcaram a apropriação e a dominação dos portugueses quanto à interiorização do território brasileiro, dando origem ao processo de urbanização.

A partir dessa contextualização, identifica-se o poder e a influência da Igreja Católica nessa apropriação do território, sendo de um lado uma das maiores beneficiadas com latifúndios, tornando-se, então, grande proprietária de terras; e de outro lado, a sua importância no controle desse território, inclusive articulando com a circunscrição

administrativa, por meio da instituição das freguesias, sobretudo na constituição da vida social, na catequização dos povos autóctones, tendo como ilustração nesse processo, os altares móveis, a segregação socioespacial e a mercantilização das atividades comerciais (Fridman, 2009; Jucá-Neto, 2012).

Tais relações entre Igreja Católica e a Coroa portuguesa nesse contexto de ocupação do território brasileiro, inclusive originadas a partir dos pousos, podem ser observadas por meio de uma geopolítica que impulsionou os intercâmbios entre fronteiras por meio de pavimentação das estradas, sobretudo para aumentar a velocidade dos deslocamentos (Vidal, 2016). Ou seja, já seria possível inferir a existência de uma relação de compressão de tempo e espaço nessa dinâmica de mobilidade, tornando lugares geograficamente distantes, mais próximos.

Ainda sobre a interiorização do território brasileiro pela Coroa portuguesa, Moraes (2002) corrobora assinalando sobre os fundos territoriais, que segundo ele, seriam

(...) constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (*Ibidem*, p. 69).

Cabe ressaltar que a cartografia teve importante relevância no processo de territorialização pelos portugueses, que, primeiramente, advinha de borrões nas inscrições deixadas pelos sertanejos, geralmente feitas em pedras ou árvores, para indicar bons locais de pernoites ou avisar sobre alguma adversidade ao longo do caminho (Bueno, 2009), e, logo depois, foi aprimorada, para que a Coroa portuguesa obtivesse o conhecimento e, conseqüentemente, o controle das rotas que perpassavam o interior brasileiro (Moraes, 2002; Vidal, 2016; Nogueira, 2019).

Analisando o contexto expansionista da apropriação do território brasileiro pelos portugueses, especificamente para o oeste da colônia, ou para o sertão, que, segundo Moraes (2011), corresponde, simbolicamente, a uma ideologia geográfica materializada na concepção de múltiplos e distintos lugares, em detrimento do conceito de ambiente ou *habitat*, compreende-se que esse processo de interiorização ocorreu, concomitantemente,

a uma dinâmica concebida como aprisionamento, seja dos recursos naturais, de terras e de povos, estes últimos, compreendidos pelos indígenas (Nogueira, 2019). Embora em determinados lugares, mesmo não havendo fontes naturais de exploração, consumo e comercialização viáveis à ocupação da Coroa, demarcada, inclusive, por diversos conflitos, não foi um impeditivo para que houvesse a apropriação desse território.

Jucá-Neto (2012) relata sobre essa ocupação do território pelos agentes econômicos, representantes da Igreja e do Estado português, da então Capitania do Ceará, no século XVIII. O autor destaca sobre uma economia pecuarista que induziu à ocupação das terras pelos boiadeiros, sobretudo pela domesticação da população indígena, tendo a Igreja como um dos protagonistas nesse processo, com o trabalho de catequese e da participação do Estado português, que não ocorreu de forma pacífica, haja vista a resistência constante dos índios. Mesmo diante de um contexto social e natural não propício à fixação da Coroa, seja pelo caráter inóspito, constituído, em especial, por suas adversidades climáticas, configuradas pelas secas, o interesse dos funcionários do Reino para se instalarem no território cearense era, exclusivamente, para estabelecer a autoridade civil portuguesa.

Tal conduta de intencionalidade, proveniente das ações da Coroa portuguesa na formação do território brasileiro, ultrapassava a administração dos limites do território litorâneo e se estendia, inclusive, à materialização geopolítica territorial para a “ocupação das terras mato-grossenses e goianas, que resultaram na fundação de fortificações militares, vilas, estradas e aldeamentos” (Nogueira, 2019, p. 5).

Paralelamente a essas perspectivas, Cerquetti (2016), com base em Friedrich Ratzel, destaca sobre a importância do território enquanto elemento crucial de um Estado, sendo este, uma entidade territorial. Portanto, o território exerce papel determinante na estruturação e no desenvolvimento do poder político, bem como na vida e na cultura de um povo. Portanto, configura-se como característica geopolítica para a compreensão de um espaço. Isto posto, é possível relacionar a colonização do Brasil, pela Coroa portuguesa, à Teoria do Espaço Vital, proposta por Ratzel (*Ibidem*, 2016).

A Teoria do Espaço Vital se constitui em três pilares fundamentais, quais sejam: posição, espaço e fronteiras. Com relação à posição, caracteriza-se pelo lugar físico e os recursos naturais existentes no território de um Estado, tal que o seu desenvolvimento, bem como a sua relação com outros povos dependem da sua posição perante os outros. No momento em que este Estado percebe as suas fronteiras pressionadas e a necessidade de expandi-las, adota um comportamento agressivo de dominação e apoderamento (Cerquetti, 2016 *apud* Ratzel, 1901). Tal fato pode ser relacionado ao processo de apropriação e colonização do Brasil pelos portugueses, que, no intuito de expandir a sua hegemonia adotou um processo de ocupação litorânea e de interiorização ultramarina do território. Assim, preconiza-se que um Estado precisa ser forte para existir, ou seja, quanto mais território, mais força (Martins, 1996).

Quanto ao espaço, define-se como uma extensão superficial, na qual representa as ambições territoriais de um Estado. Portanto, este deve crescer para além das suas fronteiras a fim de manter a sua vitalidade, explorando e consumindo os recursos necessários para manter o seu povo, sendo que, a partir desse contínuo e ininterrupto crescimento, o Estado se apropria de territórios de outros povos (Cerquetti, 2016 *apud* Ratzel, 1901). Infere-se que esta seja uma alusão sobre a soberania e poder de um Estado, sobre colonização e (des)territorialização, que, conseqüentemente, incitará a luta pela

ocupação do espaço, numa dialética entre dominante e dominado. Cabe destacar que, segundo a Teoria do Espaço Vital, as condições geográficas, mesmo adversas, jamais devem se sobrepor completamente às aspirações humanas. Neste caso, Jucá-Neto (2012) é assertivo ao afirmar que, por mais hostil que pudesse representar um território, a intenção da Coroa portuguesa acerca da sua ocupação consistia, exclusivamente, na manutenção da sua autoridade.

Quanto às fronteiras, a Teoria do Espaço Vital preconiza o pressuposto de um movimento externo de um Estado, proveniente das necessidades de crescimento interno de uma nação, ou seja, um vínculo que se cria entre o Estado e o seu povo, sendo que este é a base de criação e de desenvolvimento de um Estado forte (Cerquetti, 2016 *apud* Ratzel, 190). Tal perspectiva pode ser compreendida pela ambição dos portugueses na

conquista e dominação do povo indígena e, logo depois, sobre os escravos africanos, como uma forma de legitimar o poder das elites, mais tarde, constituídas pela burguesia capitalista, assegurando a sua ocupação em um espaço privilegiado de segregação. Nessa concepção, Moraes (2002, p. 65) vai dizer que “a colonização envolve a criação de novas estruturas econômicas, (...) pela expansão da economia-mundo capitalista, que retoma o escravismo como relação básica de produção”.

A partir da emancipação política, em 1822, tornou-se como prioridade a consolidação do novo Estado nacional pela nova nação independente da Coroa portuguesa, na qual boa parte da população era formada por escravos. Assim, o Estado brasileiro adotou uma política de expansão territorial com base no ‘povoamento’ enquanto processo de construção do país. Nesse sentido, compunha esse cenário as elites regionais, que concentravam o poder do império nacional, bem como as múltiplas inserções de agentes sociais e econômicos envolvidos neste momento de ruptura (Moraes, 2002; 2011; Nogueira, 2019).

Constatou-se que o processo de desagregação do Estado imperial da Coroa portuguesa não foi, de início, suficiente para desvincular-se da posição de colônia, uma vez que o poder dos grupos constituídos pela elite imperial era emanado da metrópole portuguesa, portanto, proveniente das ações de colonização de Portugal, desde o século XVI (Nogueira, 2019). Sendo assim, houve a demarcação por relações complexas entre grupos sociais e os espaços inexplorados ou já ocupados. Tal perspectiva demandou a constituição de arranjos territoriais envolvendo a sociedade em um contínuo processo de humanização das localidades, materializando-se numa construção geopolítica dotada de uma forma de sociabilidade dentro dessa estrutura territorial (Moraes, 2002).

Ainda que não se pretenda abarcar todo o percurso histórico do processo de formação do Estado Imperial para a República do Brasil, cabe ressaltar que durante esse percurso, as revoluções burguesas trouxeram um novo contexto de legitimação acerca do domínio territorial, tendo de um lado, a luta das classes pela ocupação e apropriação dos espaços, e de outro lado, o governo, expressando a sua soberania territorial, dando início ao legado das dinastias estatais-nacionais, concomitantemente influenciadas pela

expansão do capitalismo, resultando no crescimento das grandes cidades, na consolidação do perfil populacional urbano, na acumulação da economia proveniente do processo de industrialização, o que caracterizou numa delimitação pós-colonial a uma expressiva periferia do mundo capitalista (Moraes, 2002).

Sendo assim, esse processo configurou-se em “uma territorialidade moderna, que tem por pressuposto uma consolidação estatal nos centros metropolitanos” (Moraes, 2002, p 56), estes, por sua vez, demarcaram o Estado brasileiro como um território pertencente a uma periferia do sistema capitalista atual, haja vista que as desigualdades econômicas, as segregações socioespaciais, o modo de reprodução de excedentes e a soberania das elites, tornaram-se marcas deste território, que ainda carrega traços de uma colônia, não mais restrita à dominação de um Estado absolutista, mas da totalidade do mundo globalizado, que o impõe a uma posição de serventia.

3 ESPAÇO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS

Conforme observado no capítulo anterior, o território brasileiro é constituído por uma herança colonial, esta, por sua vez, caracteriza-se por uma perspectiva expansionista na qual se fundamenta através da relação entre sociedade e espaço, marcadamente relacionada à invasão e dominação, conquista e exploração dos recursos existentes, em especial, os econômicos.

Isto posto, é possível perceber que exista um elemento de apropriação territorial, sobremaneira socioespacial e cultural, delimitado por um recorte geográfico de terras pertencentes aos habitantes naturais, que passam a ser submetidos, geralmente de forma violenta, ao novo poder que se institui nesse processo. Deste modo, ressalta-se a influência do Estado, que “aproveita a ocasião para reforçar seu controle dos territórios coloniais, com uma mais efetiva presença institucional (militar, jurídica e administrativa)” (MORAES, 2002, p. 64).

Com relação à perspectiva do espaço, compreende-se amplamente que espaço e território não sejam sinônimos, embora exista uma relação de interdependência entre

ambos. Para este estudo, será adotada a concepção de que o espaço é indissociável ao território, sendo este, proveniente de uma ação socioespacial (Haesbaert, 2004; Santos, 2006; Saquet, 2007; Candiotti & Santos, 2009; Medeiros, 2009). Sendo assim, “é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território” (Saquet, 2009, p. 83).

Medeiros (2009) endossa essa concepção assinalando que o espaço é elemento necessário para determinar a existência do território, tal que este se caracteriza como condição da humanização daquele. Embora Raffestin (1993) tenha uma compreensão antagônica acerca da indissociabilidade entre espaço e território, tendo em vista que sua tese é categórica ao afirmar que “espaço e território não são termos equivalentes” (*Idem*, 2009, p. 26), ou ainda, que espaço antecede o território, tal autor vai consentir que ambos são complementares e se sobrepõem, estando o território mais vinculado à efetivação das relações sociais, e, portanto, socialmente construído.

Enquanto concepção geográfica, o espaço é constituído, em âmbito geral, como uma categoria universal para a composição de lugar, na qual configura-se atrelado à categoria tempo, sendo ambos, representados como uma unidade (Saquet, 2009) espaço-tempo. Haesbaert (2004, p. 79) vai reforçar essa perspectiva apontando para a “necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre a materialidade e a ‘idealidade’ – numa complexa interação espaço-tempo”.

De uma forma geral, o que se propõe é o surgimento de uma categoria denominada “tempo-espaço-território” (Saquet, 2009, p. 83), à qual será concebida por uma perspectiva têmporo-espacial, cuja finalidade fundamental é compreender as atividades humanas inseridas numa sociedade em função do tempo e espaço que a constitui, apontando a espacialidade das relações de produção e reprodução da vida social, existentes nessa conjuntura, inclusive, com base no contexto capitalista (Grataloup, 2006).

Erthal (2003) e Santos (1994) destacam que, com o advento do desenvolvimento tecnológico, fortemente relacionado ao sistema capitalista globalizado, as relações

decorrentes de tempo e espaço ocorrem, especialmente, por meio dos transportes e da comunicação. Logo, percebe-se uma compressão de tempo e espaço, sobretudo por meio dos fluxos dinamizados pelos meios de transporte, ou seja, toda essa facilidade de deslocamento de um lugar para outro, por meio da mobilidade e pelos meios de comunicação, que também aproximam os indivíduos aos lugares, concebidos, *a priori*, como geograficamente distantes.

Em contrapartida, propiciam um efeito de distanciamento de lugares geograficamente próximos. Neste caso, cabe refletir sobre uma evidente relação entre o desenvolvimento do capitalismo sobre a determinação dessa compressão de tempo e espaço como uma própria experiência parcial da vida em sociedade.

Grataloup (2006) reforça que o tempo não se materializa similarmente na relação centro-periferia, pois ambos experimentam tempos distintos. Ademais, Milton Santos destaca que “grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos (...). As diversas estradas, ruas, logradouros, não são percorridos igualmente por todos. Os ritmos de cada qual (...) não são os mesmos” (Santos, 1994, p. 21). Logo, é possível inferir que Milton Santos estivesse se referindo a duas parcelas da sociedade, ao que ele conceitua de “homens velozes” e “homens lentos”, sendo os primeiros representados pela ‘elite capitalista’, e os segundos, pelo proletariado, os pobres e marginalizados.

Ademais, entende-se o espaço enquanto fomentador de objetos e ações, coexistindo simultaneamente em territórios que passam a constituir uma relação dialética ininterrupta, influenciando e sendo influenciados pelo espaço, nomeadamente geográfico (Saquet, 2007).

Nesse sentido, cabe mencionar duas importantes perspectivas acerca do espaço que possuem, segundo David Harvey (2012), uma relação tripartite, sendo a primeira concebida pela relação espaço-tempo a partir do Espaço Absoluto, Espaço Relativo e Espaço Relacional. A segunda perspectiva, embora apontada por Harvey, advém de Lefebvre, o qual sugere o Espaço Material, as Representações do Espaço e os Espaços de

Representação. Vale destacar que essa relação dialética preconizada por Harvey vai influenciar a dinâmica socioespacial, a qual constitui e integra o território.

A primeira concepção de espaço apontada por Harvey (2012) é o Espaço Absoluto, que segundo o autor, são os espaços fixos nos quais se registram e se planejam eventos, onde os mapeamentos e as cartografias se originam, com base na concepção de localização, georreferenciamento, das propriedades, do desenho das demarcações de fronteiras, da urbanização, onde são delimitadas as entidades de representação do Estado.

A segunda concepção refere-se ao Espaço Relativo, que pode ser compreendido como espaço em movimento, demarcado geometricamente por um quadro espacial que pode ser relativizado e alterado, composto por uma multiplicidade de opções de localizações e formas de locomoção, também concebido como espaço dos fluxos, da mobilidade, da compressão de tempo e espaço (Harvey, 2012).

A terceira é o Espaço Relacional, que pressupõe uma concepção de relações holísticas, tendo em vista que, para se observar um determinado evento, este não deve ser compreendido a partir de um núcleo ou um ponto isolado, mas sim, de todos os processos e acontecimentos que ocorrem em seu entorno (Harvey, 2012). Portanto, o espaço e o tempo são elementos cruciais e indissociáveis na perspectiva do Espaço Relacional, que está mais inclinado para o espaço virtual do que físico, pois compreende, além dos sentimentos e sensações humanas, o ciberespaço (Costa, 2014; Haesbaert, 2009).

Ainda, observa-se que os Espaços Relacionais possibilitam a constituição de um tipo de território conectado por fluxos de dados e ações, os quais não necessitam convergir fisicamente, pois a tecnologia da comunicação desempenhará papel essencial na ampliação desses espaços cibernéticos, propiciando, inclusive, a expansão do território em rede (Souza, 1995).

Quanto à perspectiva de Lefebvre, assinalada por Harvey (2012), este autor pontua três importantes dimensões acerca do espaço, sendo a primeira, relativa ao Espaço Material, também denominado espaço da experiência ou espaço percebido, que, assim como o Espaço Absoluto, remete a um conjunto de corpos físicos ocupantes em um

ordenamento urbano, na circulação de moedas, aos ambientes construídos, de consumo e de propriedade privada, ou seja, aos espaços tangíveis.

A segunda dimensão é a Representação do Espaço, cuja designação remete ao espaço concebido, no qual encontram-se os valores, desde os concretos, que são representados pelo valor de uso ou pela práxis do trabalho, pelas segregações socioespaciais e desigualdades sociogeográficas, representadas pela dinâmica centro-periferias e pela gentrificação; o valor de troca, que seria representado pela categoria movimento, acumulação de excedentes, migração, circulação de capital, mercados globais em redes e relações geopolíticas; e o valor do dinheiro, enquanto tempo de trabalho, poder da moeda global, submissões e revoluções (Harvey, 2012).

A terceira dimensão refere-se ao Espaço de Representação, ou Espaço Vivido, no qual se constitui pelo aspecto social, coletivo ou individual, às identidades e fidelidades, aos fetiches, aos direitos e deveres (Costa, 2014; Haesbaert, 2009; Harvey, 2012).

Tendo essas perspectivas delineadas, confirma-se que o território é um elemento condicionante das relações socioespaciais, não raro, envolto pelas relações de poder que determinam a produção dos espaços geográficos (Raffestin, 1993), ou seja, o território constitui uma “relação direta entre poder e sua configuração e materialização espacial. Nele e através dele conformam-se relações políticas, econômicas e culturais que definem o espaço” (Candiotto & Santos, 2009, p. 318).

Logo, é preciso analisar o território sob a lente da instituição do poder, seja do Estado ou dos grupos dominantes, representados pelas elites econômicas nacionais. Neste sentido, identifica-se o território como produção espaço-temporal (Saquet, 2007) influenciando a construção de identidades e simbologias.

As identidades representam os reflexos da sobrevivência das relações sociais provenientes, em especial, do passado colonial no Brasil, marcadamente pelo enfoque ao trabalho escravista e restrições sociais, econômicas e espaciais racistas. Portanto, são, também, construções simbólicas de dominação e resistência, do estabelecimento e apropriação de espaços e lutas de classes. Dessa maneira, “a implantação de um Estado-território próprio constitui elemento central deste imaginário e importante componente na

consolidação das identidades nacionais, daí os pleitos territoriais e a forma nacional de legitimação do controle de espaços” (Moraes, 2002, p. 58).

O território é a face vivida do poder que se manifesta em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais e que se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, em uma identidade de base territorial (Fuini, 2018, p. 42).

Portanto, segundo Moraes (2002, p. 58), essas identidades serão concebidas a partir da “especificidade histórica da espacialidade do nacionalismo (...) expressa na noção de *pátria*, que constituiria a projeção geográfica do ‘povo’”, e na fundamentação do território nacional. Cabe ressaltar que a noção de povo no contexto da sociedade brasileira, preteritamente colonizada, não condiz com a integralidade da ‘população’ brasileira, uma vez que existem, no país, regras explícitas de exclusão social, econômica, inclusive quanto ao reconhecimento dos direitos ao exercício da cidadania, tal qual o ‘povo’ está condicionado a não usufruir.

Por fim, as simbologias são compreendidas como constructos territoriais com base nos processos de territorialização, que são, concomitantemente, materiais e simbólicos. Essa concepção simbólica conferida aos territórios pode ser apreendida, seja através da perspectiva dos imigrantes: ao se abrigarem nos novos espaços urbanos (Haesbaert, 2009) que se tornarão símbolos de uma nova vida, as pessoas criam como forma de constituir uma identidade, na qual elas passam a se enxergar como pertencentes, vínculos, lealdade e família; seja pelos símbolos: que representam a restauração de um passado com base na preservação cultural de uma identidade individual ou coletiva, geralmente “recompostos de maneira criativa” (Mello, 2008, pp. 172-173).

4 GOVERNANÇA COMO INSTRUMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Conforme exposto, até então, as perspectivas acerca do território indicam que, apesar de constituir diversas concepções, é possível atribuí-lo às relações de apropriação, dominação e de poder ou soberania existentes em um espaço delimitado ou socialmente construído. Ademais, cabe ressaltar que nesse jogo de poder, evidenciam-se os

indivíduos, que compartilham certos vínculos sociais, históricos e relacionais, produzidos espacialmente a partir de uma dinâmica relativa à hegemonia, sobrevivência e ocupação territorial (Dallabrida, 2020; Saquet, 2015).

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre a atribuição e o papel do Estado nessas relações, sobretudo à questão de fomentar o desenvolvimento e de se articular no mercado multinível global, com base em ações econômicas, sociais e geopolíticas acerca do seu território. Trata-se, então, de uma análise à luz da criação de redes interorganizacionais e de atores envolvidos na coprodução, na reprodução e nas relações humanas, sendo intermediadas pelo aparato estatal. Portanto, este invólucro sociedade-espaço-território-Estado configura-se como condição indispensável para o estabelecimento do desenvolvimento de um território (Ribeiro & Toppan, 2015).

Tais pressupostos podem ser convencidos pela instituição de ações coletivas e compartilhadas desde o seu planejamento (Dallabrida, 2020), por meio de uma governabilidade integrativa, envolvendo a participação de atores territoriais nos projetos que visem a erradicação, ou pelo menos, a redução das relações de desigualdades, da concentração do poder de dominação e apropriação de territórios, sobretudo dos conflitos provenientes do processo de ocupação dos espaços percebidos, concebidos e vividos.

Essa governabilidade integrativa decorrente de territórios socialmente construídos, fundamenta-se na concepção de governança. Insta salientar, que, para fins deste estudo, não se pretende explorar a sua origem, mas sim, contextualizá-la acerca da perspectiva da (trans)formação do território no contexto brasileiro, como subsídio para trazer novas contribuições e reflexões à luz da temática em destaque. Portanto, a governança tem sido referida como aliada no processo de resolução dos dilemas entre governo, transparência, *accountability*, interação, cooperação e participação cidadã, inclusive sobre questões que envolvem a corrupção (Mediotte, 2020).

Governança é um termo multidimensional e, também, polissêmico, pois se constitui por inúmeros formatos, interpretações, visões e enfoques. Sua instituição decorre, geralmente, em instâncias deliberativas (Pollitt & Bouckaert, 2011), às quais concentram o poder de atores sociais influentes de um determinado local, região ou

território, e onde as ações ‘coletivas’ são realizadas, com enfoque, especialmente, nas parcerias público-privadas e pessoas (Mediotte, 2020).

Torna-se necessário destacar sobre o papel da governança territorial como forma de institucionalizar e organizar um território, marcado, historicamente, pelas relações de poder, sejam elas políticas, econômicas, culturais, e pela dominação, marcadamente pelas elites econômicas, pelo valor do capital, globalização, e até mesmo pelo Estado (Moraes, 2011). Sendo assim, a governança é destacada como um modelo de mediação, tripartite, no qual convergem interesses privados (mercado), políticos e públicos, representados, pelas esferas provenientes do Estado e da sociedade civil (Ribeiro & Toppan, 2015).

A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial (Dallabrida, 2015, p. 325).

Cabe ressaltar que essa relação tripartite entre atores sociais, representantes das iniciativas públicas, privadas, e pessoas que convivem em um território, é premissa fundamental para a instituição das instâncias de poder e de legitimação de interesses, prioritariamente coletivos, os quais sucedem às políticas públicas e revelam novos contextos sociais com efeito a um ambiente institucional flexível, onde todos os atores convivem de forma equitativa, em detrimento das segregações sociais existentes nos espaços fora desse ambiente de governança territorial (Mediotte, 2020; Ribeiro & Toppan, 2015).

Neste sentido, essas instâncias de governança possibilitam e propiciam a articulação de “atores econômicos entre si e estes com os atores institucionais-sociais e políticos através de ‘regras do jogo’; e a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das mediações realizadas por atores ancorados no território” (Fuini, 2010, p. 39). Portanto, a governança territorial induz às formas de coordenação e intermediação de

atores territoriais e do Estado, em relações horizontais e verticais. Afinal, por mais que a noção de governança influencie a uma concepção exclusivamente percebida por meio das relações horizontais, cabe ao Estado o papel de promover, nortear e moderar a participação, as relações e os interesses procedentes dos demais atores, inclusive de si próprio, evitando que os espaços de governança se configurem em ambientes de oportunismos, barganhas, conluíus, segregação e ‘pactos’ de poder e de influência, em detrimento da coletividade, da inclusão e da resiliência. Logo, remete-se a uma relação horizontal, mas também vertical, concernente ao Estado (Mediotte, 2020; Hendriks, 2014).

Desta forma, a governança é capaz de promover a institucionalização e a organização de um território, dotado de certa “autonomia política relativa, a depender da estrutura normativa do Estado e da capacidade de articulação, e um desenvolvimento econômico mais participativo, envolvendo mais atores sociais” (Ribeiro & Toppan, 2015, p. 37). Ademais, com relação às disputas territoriais de poder e a relação de ocupação de espaços pela sociedade, compreendidas através da perspectiva das classes sociais, às quais se configuram na dialética como dominantes e dominados, o contexto da governança territorial tende a lidar assertivamente com as diversidades e conflitualidades emanadas por essas relações.

Logo, além de propiciar uma “distribuição de poder em circuitos, cadeias e sistemas produtivos com forte componente local e regional, considerando-se a importância das instituições formais e das outras formas de coordenação informal entre [diversos] atores”, essas formas de governança, terão influência, inclusive, no processo de desenvolvimento territorial (Fuini & Pires, 2009, p. 292).

Concebe-se o desenvolvimento territorial enquanto “processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região” (Fuini & Pires, 2009, p. 308).

Essa concepção de desenvolvimento territorial pode ser relacionada ao processo de ação coletiva, que por meio da governança territorial, dinamiza as interações e

perspectivas dos atores econômicos e sociais, os quais convivem e se inter-relacionam em um território, muitas vezes constituído por cooperações intermunicipais, onde a competitividade, embora não seja erradicada totalmente, é sucedida pelo comunitarismo e pelo compartilhamento de estratégias de desenvolvimento territorial, em vez de puramente local.

A considerar que o desenvolvimento territorial com base na governança possa promover estratégias coletivas, tendo em vista, inclusive, a cultura de um território, acredita-se que “as estratégias e articulações dos atores, bem como a criação de um ambiente institucional favorável, não são dadas por leis e decretos, mas parte de uma construção histórica, de um território em resposta ao processo de globalização” (Ribeiro & Toppan, 2015, p. 37).

5 CONCLUSÃO

Este artigo bibliográfico revelou que, ao lidar com as questões que envolvem as relações de poder, de dominação e lutas de classes, sobretudo no que tange à ocupação dos espaços, sejam eles, materiais ou sensoriais, a necessidade de se observar a (trans)formação dos territórios torna-se relevante e necessária. A partir dessa afirmativa, e considerando o pressuposto de que território é a base para se compreender essas relações socioespaciais e, também, geopolíticas, urge a indagação: que tipo de território é referido para lidar com essas questões? Admite-se, portanto, a partir das reflexões destacadas por este estudo, que território, enquanto terminologia, encontra-se longe de se constituir como um conceito em si próprio.

Acredita-se que o quadro teórico-epistemológico apresentado neste texto possa ter despertado um novo olhar acerca do território enquanto constructo para se compreender, ainda que de forma reflexiva, a relação entre sociedade e seu espaço. Para tanto, desde a geografia histórica abordada no presente estudo, foi revelado que o território, acima de tudo, configura-se não somente como fenômeno de dominação e apropriação socioespacial oriundos de um passado impetuoso, mas que o seu legado ainda ressoa na organização social do presente. Esta, pois, legitimada pela soberania de elites econômicas

que dominam, não apenas as fronteiras dos espaços, fixos e fluxos, mas que determinam a coexistência entre sociedade-espaço-território-Estado, convergindo para um futuro cada vez mais artificial.

Portanto, é cabível de consideração que tais concepções revelam o território numa perspectiva de influências multiníveis, onde global e local tornam-se ‘glocal’, pois a (des)territorialização da qual nos foi imposta, desde o período colonial, agora se manifesta pelo sistema capitalista globalizado. Esta contextualização remete à concepção dos espaços híbridos, nos quais o capitalismo conflui, simultaneamente, política, economia, cultura e meio ambiente, sobretudo entre a materialidade e o idealismo, ambos imersos em uma complexa relação, ou compressão, de tempo e espaço. Nesse sentido, cabe ressaltar que a compressão de tempo e espaço que o capitalismo produz, influencia não apenas na dinamização dos fluxos de transporte e comunicação, mas também na própria construção de uma identidade nacional, especialmente na (trans)formação de um território.

Sendo assim, enquanto resposta à questão norteadora, as reflexões produzidas por este estudo apontam para uma dissonância acerca da proposição idealizada por Haesbaert, ao conceber o território como um dos principais conceitos para responder à problemática que envolve a relação entre sociedade e o seu espaço. Assim, o contexto aqui apresentado e construído a partir da literatura examinada revela o oposto daquele argumento, uma vez que o território não se designa como resposta para essa relação. Pelo contrário, ele é a própria problemática.

Tal pressuposto se confirma e torna-se essencialmente evidente, pois este texto assinala que as questões que envolvem as relações sociais, a apropriação e dominação, as lutas de poder e de classes pela ocupação dos espaços são elementos que constituem um território e por este são constituídos.

Logo, enquanto possível solução à problemática, sugere-se que a governança territorial seja o elemento apropriado para lidar com as questões que envolvem desigualdades socioespaciais concernentes em um território, ora dominado pelas relações de poder entre Estado e sociedade, ora apropriado pelas elites. Como proferido neste

estudo, a governança territorial propicia parcerias público-privadas e pessoas, atribuindo uma relação assertiva entre Estado e sociedade, visando a inclusão, a equidade e a resiliência, em detrimento das assimetrias provenientes, inclusive, da concentração e do domínio do poder, e do processo de segregação socioespacial, decorrentes de um território.

Assim, espera-se que as considerações referidas neste estudo, bem como as suas proposições, possam contribuir com o debate quanto à (trans)formação de territórios, com referência à geografia histórica e à indicação da governança territorial como resposta às relações entre Estado, sociedade e desenvolvimento. Ademais, recomenda-se que outros estudos possam emergir, motivados por esta temática, a fim de enriquecer o debate e trazer novos constructos acerca das reflexões aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. A. (2000). Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP Espaço e Tempo*, 4(1), p. 13-25.
- Bueno, B. P. S. (2009). Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, 17(2), p. 111-153.
- Candioto, L. Z. P., & Santos, R. A. (2009). Experiências Geográficas em torno de uma Abordagem Territorial. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 315-340.
- Cerquetti, A. (2016). *Friedrich Ratzel e la Teoria dello Spazio Vitale*. 85 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Sapienza Università di Roma. IT.
- Costa, F. R. (2014). O conceito de Espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. *Rev. Percorso*, 6(1), p. 63- 79.
- Dallabrida, V. R. (2015). Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, L (2º), nº 215, p. 304-328.
- Dallabrida, V. R. (2020). Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Rev. G&DR*, 16(2), p. 63-78.
- Deffontaines, P. (1943). Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. Rio de Janeiro: IBGE. *Boletim Geográfico*, 2(15). p. 299-308.
- Erthal, R. (2003). Geografia Histórica - Considerações. *Rev. GEOgraphia*, 5(9), p. 29-39.
- Fridman, F. (2009). Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Rev. IEB*, nº 49.
- Fuini, L. L. (2018). A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. *Rev. GEOgraphia*, 20(42), p. 38-52.
- Fuini, L. L. (2010). *Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do Circuito das Águas Paulistas e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais*. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Branco, SP.
- Fuini, L. L., & Pires, E. L. S. (2009). As Dimensões da Governança Territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 291-313.
- Godoy, P. (2019). Geografia Histórica: Considerações Metodológicas. *Terra Brasilis*, nº 12. Dossiê: Geografia Histórica em questão, p. 1-10.

- Grataloup, C. (2006). Os períodos do Espaço. *Rev. GEOgraphia*, 8(16), p. 31-40.
- Haesbaert, R. (2009). Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120.
- Haesbaert, R. (2004). *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Harvey, D. (2002). O espaço como palavra-chave. *Rev. GEOgraphia*, 14(28), p. 8-39.
- Hendriks, F. (2013). Understanding good urban governance: essentials, shifts, and values. *Urban Affairs Review*, 50(4), p. 553-576.
- Jucá-Neto, C. R. (2012). Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. *Anais do Museu Paulista*, 20(1).
- Martins, R. F. (1996). Geopolítica e geoestratégia: o que são e para que servem. *Nação e Defesa*, 21(78), p. 22-78.
- Medeiros, R. M. V. (2009). Território, Espaço de Identidade. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 217-227.
- Mediotte, E. J. (2020). *Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.
- Mello, J. B. F. (2008). Símbolos dos Lugares, dos Espaços e dos Deslugares. *Espaço e Cultura*, nº 23, Ed. Comemorativa 1993-2008, p. 167-174.
- Moraes, A. C. R. (2011). *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume.
- Moraes, A. C. R. (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Nogueira, C. E. (2019). A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico. *Terra Brasilis*, nº12, p. 1-25.
- Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2011). *Public Management Reform: A Comparative Analysis - New Public Management, Governance, and the Neo-Weberian State*. Oxford: Oxford University Press. 3ª ed.
- Ribeiro, J. R., & Toppan, R. N. (2015). Território e Governança: as principais contribuições da geografia para pensar o desenvolvimento. *Revista Uniara*, 18(2), p. 28-43.
- Saquet, M. A. (2007). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.

- Saquet, M. A. (2009). Por uma Abordagem Territorial. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.
- Saquet, M. A. (2015). *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Souza, M. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E., Gomes, P. C. C., & Corrêa, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil p.77-116.
- Vidal, L. (2016). A gênese dos pousos no Brasil moderno: Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Rev. Tempo*, 22(40). p. 402-421.